



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO  
Corregedoria-Regional

## ATA 206

Ata da 2ª Reunião da Comissão temporária para realizar estudos e propor alterações na organização e na distribuição da competência das unidades judiciárias de 1º Grau da Justiça Federal da 6ª Região, instituída pela Portaria Presi 222/2023.

No dia 21 de fevereiro de 2024, às 9h35min, o Desembargador Federal Vallisney Oliveira, Corregedor Regional e Presidente da Comissão, abriu os trabalhos saudando os presentes, ocasião em que elucidou que estava em correição na subseção de Pouso Alegre, motivo pelo qual participaria da reunião por videoconferência.

Dada a relevância do tema da comissão, o Desembargador Federal Vallisney Oliveira convidou os juízes federais lotados na subseção de Pouso Alegre, Tânia Zucchi de Moraes, Luciano Mendonça Fontoura e Karen Regina Okubara, bem como o juiz federal em auxílio à Corregedoria, Alexandre Ferreira Infante Vieira, para assistirem às apresentações.

Na sede da Corregedoria Regional estavam presentes os juízes federais Vânia Cardoso André de Moraes, Cristiane Miranda Botelho, Ariane da Silva Oliveira e Pedro Henrique Lima Carvalho; por videoconferência, ainda participaram os juízes federais Carlos Henrique Borlido Haddad, Marcelo Eduardo Rossito Basseto e Paulo Máximo de Castro Cabacinha. Ausente justificadamente o Desembargador Federal Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes, Vice-Presidente da Comissão, por força de reunião no Conselho da Justiça Federal.

O juiz federal Pedro Henrique Lima Carvalho apresentou um resumo dos principais projetos e dificuldades dos setores de tecnologia da informação do TRF6; descreveu a estrutura do Setor de Tecnologia; expôs sobre os sistemas eletrônicos processuais - PJe e eproc - além de apontar os principais projetos de TI definidos pela Diretoria Geral (Sei 0014704-65.2023.4.06.8000), quais sejam: i) expedição de certidões negativas de forma automática, relativa aos processos do eproc; ii) migrador de processos do PJe para o eproc; iii) expedição de RPVs e Precatórios pelo eproc; iv) integração dos sistemas PJe e eproc ao Codex do CNJ; v) saneamento e envio de dados do PJE para o Datajud; e vi) desenvolvimento de uma solução de estatística e *Business Intelligence* (BI). Ao final, fez uma exposição de projetos futuros da área de TI do TRF6. Além da exposição realizada, o juiz federal Pedro Henrique Lima Carvalho disponibilizou aos membros da comissão um arrazoado escrito com o detalhamento dos assuntos objeto da apresentação.

Na sequência, a juíza federal Cristiane Miranda Botelho apresentou os dados estatísticos sobre as unidades da Justiça Federal da 6ª Região, compreendendo o período de um ano da criação do TRF6 - de 01/10/2022 a 30/09/2023. Explicou que não foram coletados, neste primeiro levantamento, os dados do eproc, pois este sistema processual entrou em funcionamento na 6ª Região a partir de outubro de 2023, em datas diferentes nas diversas unidades de primeiro grau. Foram trazidos os dados estatísticos de distribuição, tramitação ajustada, total e produtividade das 77 unidades de primeiro grau da 6ª Região, tendo sido

disponibilizado ferramentas iterativas de comparação dos parâmetros de distribuição/tramitação e produtividade entre subseções com número de varas, além de unidades com mesma competência.

Em relação ao triênio de 2021 a 2023, foram coletados dados estatísticos da distribuição de todas 77 varas que compõem a Justiça Federal da 6ª Região, agrupando-se, para fins de exame comparativo, os seguintes assuntos/temas: i) execução fiscal; ii) previdenciário-assistencial; iii) mandado de segurança; iv) ação penal; e v) juizado especial que foram distribuídos nas unidades no referido triênio.

Após a exposição, o Desembargador Federal Vallisney Oliveira agradeceu aos juízes expositores e sugeriu que, na próxima reunião da Comissão, fosse convidado um representante da Corregedoria Regional da 2ª Região, para expor sobre a organização de competências das unidades de primeiro grau naquele Tribunal. Em razão do início dos trabalhos da correição em Pouso Alegre, o Desembargador Federal Vallisney Oliveira e os juízes convidados tiveram que deixar a reunião.

Os demais membros da comissão teceram comentários sobre as apresentações realizadas, primeiro sobre os desafios existentes na área de tecnologia do Tribunal e, posteriormente, sobre os levantamentos estatísticos, os quais demonstraram uma predominância de processos distribuídos nos Juizados Especiais Federais, sobretudo nas subseções do interior do Estado.

Os juízes federais Ariane da Silva Oliveira e Marcelo Eduardo Rossito Basseto sugeriram que aos dados estatísticos fossem agregadas as informações dos ANPP's, dos processos no SEEU, bem como daqueles relativos às demandas de saúde/medicamentos.

A juíza federal Cristiane Miranda Botelho esclareceu que aos dados das primeiras planilhas, relativos à distribuição total e tabelas comparativas, serão acrescidos os referentes ao triênio de 2021 a 2023, para que se possa ter uma visão mais completa e utilizando-se o marco temporal geralmente utilizado pelos trabalhos comparativos do CNJ. Além disso, as planilhas foram disponibilizadas aos membros da comissão, que receberão, em tempo real, as atualizações com as sugestões apresentadas.

A Juíza Federal Vânia Cardoso André de Moraes pontuou que os dados estatísticos são uma foto dos processos que ingressam na Justiça Federal, porém seria necessário um levantamento qualitativo das ações e sugeriu que os dados fossem encaminhados para o Centro de Inteligência, para que este órgão, paralelamente, contribuísse para seu exame.

O juiz federal Carlos Henrique Borlido Haddad registrou que os dados coletados já seriam um material inicial para que a comissão se debruçasse sobre propostas a respeito da reorganização de competências.

Ao final, foi deliberado:

1) para a próxima reunião, no dia 06/03/2024, serão convidados representantes das Corregedorias Regionais das 2ª e da 4ª Regiões, para uma apresentação aos membros da comissão sobre a organização e a divisão de competências do primeiro grau naqueles tribunais.

2) os dados estatísticos serão atualizados com o acréscimo das classes e dos assuntos sugeridos, além do comparativo da distribuição do triênio - 2021, 2022 e 2023.

A reunião encerrou-se às 11h48min.

Pelo que eu, Cristiane Miranda Botelho, servindo como Secretária, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Vallisney Oliveira, Corregedor Regional e Presidente da Comissão

Desembargador Federal **VALLISNEY OLIVEIRA**  
Vice-Presidente e Corregedor - TRF da 6ª Região

Cristiane Miranda Botelho  
Juíza Federal



Documento assinado eletronicamente por **Vallisney Oliveira, Corregedor(a) Regional da Justiça Federal da 6ª Região**, em 25/02/2024, às 10:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Miranda Botelho, Juíza Federal em auxílio**, em 26/02/2024, às 14:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0655755** e o código CRC **8A7864A9**.

Av. Álvares Cabral, 1805 - Bairro Santo Agostinho - CEP 30170-001 - Belo Horizonte - MG - [www.trf6.jus.br](http://www.trf6.jus.br)  
0001034-23.2024.4.06.8000

0655755v25